

COORDENAÇÃO  
NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

OS FRANCISCANOS  
NO MUNDO PORTUGUÊS  
Artistas e Obras  
I





**Título** Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras. I

**Coordenação** Natália Marinho FERREIRA-ALVES

**Edição** CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade  
Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto  
Telef.: 22 609 53 47  
Fax: 22 543 23 68  
E-mail: [cepese@cepese.pt](mailto:cepese@cepese.pt)  
[www.cepese.pt](http://www.cepese.pt)

**Capa e arranjo gráfico** sersilito

**Impressão e acabamentos** sersilito

**Tiragem** 500 exemplares

**Depósito legal** 298032/09

**ISBN** 978-989-95922-8-5

# O Convento de São Francisco do Porto na Idade Média: arquitetura, liturgia e devoção

Lúcia Maria Cardoso ROSAS

A história das Ordens Mendicantes em Portugal teve inícios muito conturbados no que diz respeito à sua implantação em núcleos urbanos de média ou grande dimensão. O patrocínio régio e a intervenção da Santa Sé foram decisivos para a crescente influência destas Ordens na sociedade medieval, bem como para a construção de amplos conjuntos conventuais. Esta conjugação de vontades entre o papado e a coroa é aliás comum ao processo de implantação dos franciscanos nos domínios da Coroa de Castela<sup>1</sup>.

É de realçar contudo que, como notou José Mattoso, as dificuldades na implantação conventual de franciscanos e dominicanos registaram-se, principalmente, em cidades com um denominador comum: os centros urbanos que pertenciam ou que estavam sob a forte influência de senhorios ou instituições eclesásticas que detinham todo o monopólio, ou quase, das estruturas civis e religiosas dos aglomerados. As áreas ocupadas pelas cidades de Braga e do Porto correspondiam aos coutos dos respectivos bispos, Leiria estava integrada na jurisdição de Santa Cruz de Coimbra, Guimarães sob a forte influência da Colegiada de Santa Maria e Estremoz pertencia, ainda que parcialmente, à Ordem de Avis<sup>2</sup>.

Data de 1241 a fixação dos franciscanos no Porto depois de um acordo realizado entre a Santa Sé, o bispo e o cabido, segundo Baquero Moreno. A bula de Inocêncio IV de 1244 *Dolentes accepimus et referimus cum rubore* permitiu a construção do convento em localização já previamente acordada, ordenando ao bispo de Santiago de Compostela que se deslocasse ao Porto para benzer a primeira pedra e defender os franciscanos do clima hostil que lhes era movido pela igreja do Porto.

Através do breve de 20 de Maio de 1233, *Attendentes dilecti filli*, o papa tinha recomendado à Sé portuense que facilitasse a edificação de um convento franciscano em terreno doado por um devoto. O local de assentamento designado de Redondela era então distante do velho burgo. Só depois da construção do convento, no segundo

---

<sup>1</sup> MARTÍN PRIETO, 2007: 51-83.

<sup>2</sup> MATTOSO, s/d: 332.

quartel do século XIII, é que terá sido iniciada a edificação da igreja entre os finais de duzentos e o primeiro quartel do século XIV<sup>3</sup>.

No entanto a cronologia das várias edificações, e mais concretamente da actual igreja, tem sido alvo de opiniões divergentes. Segundo Pedro Dias um primitivo edifício conventual foi iniciado logo em 1223, tendo os franciscanos encontrado uma forte oposição do clero secular, principalmente do bispo D. Martinho Rodrigues. A primeira igreja, de modestas dimensões e cuja construção teria tido início em 1244, viria a ser destruída no reinado de D. Fernando (1367-1383), altura em que foi começada a nova edificação ocorrida entre os anos de 1383 e 1410<sup>4</sup>.

C. A. Ferreira de Almeida, considerando que os dados históricos registados pelo cronista Frei Manuel da Esperança estão correctos, refere que os franciscanos começaram a edificar a sua igreja em 1244, construção que se prolongou pela segunda metade do século. Este templo seria pequeno e, provavelmente, de uma só nave. Com o patrocínio do rei D. Fernando que lhes facultou um bom rendimento em 1383, construíram o actual edifício que viria a ser concluído já no final do primeiro quartel do século XV<sup>5</sup>.

A igreja de São Francisco do Porto corresponde a um exemplar típico das igrejas das ordens mendicantes do gótico médio português que, ainda no século XV, como aconteceu em Guimarães, se mantem desde o século XIII<sup>6</sup>. Estas duas igrejas apresentam construções renovadas já nos séculos XIV ou XV.

A igreja do convento de São Francisco de Guimarães corresponde a uma construção do século XV que substituiu a primeira edificação franciscana, iniciada em 1290. Este primeiro templo terá sido destruído em 1325 por estar demasiado próximo da muralha, colocando em risco a segurança da vila. Em 1400 o rei D. João I autorizou a nova construção. Igualmente em Guimarães, o convento de São Domingos apresenta um templo iniciado no último quartel do século XIV cujo estaleiro se prolongou no século XV. A cabeceira foi alterada no século XVIII (1774) bem como o portal (1770).

Em Vila Real a igreja de São Domingos (actual Sé) – igualmente um exemplar tardio no contexto da arquitectura das Ordens mendicantes – começou a ser construída em 1421. Apresenta largo transepto e três naves de três tramos, onde é patente o arcaísmo, já que utiliza arcos-diafragma no transepto e no início das naves laterais.

A época gótica é, em Portugal, muito marcada pela arquitectura das Ordens mendicantes cujo surto construtivo, muito dinâmico nos séculos XIII e XIV, marcou não só os conventos das ordens franciscana, dominicana e de clarissas, mas igualmente a arquitectura paroquial.

Chegados a Portugal por volta de 1220 os dominicanos e, logo depois os franciscanos, irão exercer uma grande influência nas cidades portuguesas, tanto ao nível do ensino e da pregação como ao nível dos programas construtivos de igrejas e conventos.

<sup>3</sup> MORENO, 1982: 5-6.

<sup>4</sup> DIAS, 1994: 134-135.

<sup>5</sup> ALMEIDA; BARROCA, 2002: 51.

<sup>6</sup> DIAS, 1994: 135.

Inicialmente estas Ordens não tinham igrejas próprias, sendo o convento não um mosteiro, mas uma casa de reunião onde a comunidade se recolhia de noite, já que a suas ações de pregação e exemplo de humildade se desenrolavam nas ruas e nas igrejas já existentes.

Só depois de 1312, quando o papa lhes concedeu a regalia de poderem pregar nas suas próprias igrejas, é que a sua arquitectura se consolidará.

É durante o reinado de D. Afonso III que as igrejas portuguesas começam a ser integralmente programadas segundo as técnicas e a espacialidade góticas, apesar de o estilo ter entrado em Portugal mais precocemente, como atestam a abadia cisterciense de Santa Maria de Alcobaça – iniciada em 1178 – e o Claustro da Sé-Velha de Coimbra (1218). No entanto, os seus programas claramente góticos, constituem excepção no panorama das grandes construções realizadas ao longo da primeira metade do século XIII, já que a maioria continua a ser marcada pelas formas, as soluções construtivas e a espacialidade tipificadas pela arte românica.

O gótico português raras vezes se reporta ao modelo originado na Île-de-France em meados do século XII. Não temos, em Portugal, as grandes catedrais ao modo de Chartes ou de Amiens, nas quais facilmente identificamos o estilo gótico de matriz francesa.

O gótico português está mais ligado a soluções do gótico meridional que privilegia as massas murais, impondo-se pelo aspecto maciço dos muros, principalmente no que diz respeito ao corpo da igreja, já que as cabeceiras são concebidas com altas aberturas destinadas a filtrar a luz à maneira gótica, como veremos adiante.

Nos séculos XIII e XIV a encomenda de conventos das Ordens mendicantes é superior à encomenda de construções de carácter episcopal ou de qualquer outra Ordem religiosa. Reis, nobres e burgueses, franciscanos, dominicanos e clarissas impulsionam e financiam um elevado número de igrejas de programa dilatado, que se destaca no contexto da construção gótica portuguesa.

Até meados do século XIII os Capítulos Gerais destas Ordens determinam que igrejas e conventos sejam de modesto programa, patenteando a humildade e a pobreza mas, já nos finais de duzentos, os Capítulos Gerais dos dominicanos permitem um maior aparato na arquitectura.

Será no final do século XIII, como acontece em outros países europeus, que em Portugal começam a aparecer os grandes templos, como consequência de os mendicantes terem passado a usufruir de maior autonomia religiosa e de poderem realizar nas suas igrejas muitas celebrações, independentemente do clero paroquial.

A qualidade da arquitectura mendicante resulta de uma vontade de unir cenicamente os fiéis, aquando da pregação ou do culto, através de um sistema construtivo necessariamente simplificado que fosse também uma expressão evidente de um ideal de pobreza, ou pelo menos de austeridade, como refere C. A. Ferreira de Almeida<sup>7</sup>. As igrejas mendicantes têm sempre um transepto, uma peça fundamental para o coro, um sinal de conventualização dos frades. A sua altura saliente permite-lhe uma

<sup>7</sup> ALMEIDA; BARROCA, 2002: 46.

razoável iluminação directa através das largas aberturas do topo. Adoptam cabeceiras de três ou cinco capelas escalonadas cobertas com abóbadas de cruzaria de ogivas, planta poligonal e altas frestas maineladas que se abrem entre dilatados contrafortes<sup>8</sup>.

A cabeceira é, por sistema, acentuadamente mais baixa do que o transepto, que estas igrejas sempre têm, de altura saliente e com largos vãos de iluminação, e do que o corpo da igreja formado habitualmente por três naves de desigual altura e cobertas por tectos de madeira. Já nos conventos femininos de clarissas, as igrejas são de uma só nave, reservando um amplo espaço para o serviço do coro (Santa Clara de Vila do Conde – 1318).

A ábside é consideravelmente mais alta e mais ampla do que os absidíolos, concentrando-se aí o espaço mais iluminado do templo. Esta disposição e cobertura da ábside das igrejas mendicantes é tratada como um concentrado *espaço-baldaquino*, vazado de luz, relativamente baixo, por austeridade e para concentrar a atenção dos fiéis na Missa e no Corpo de Deus<sup>9</sup>.

Na igreja de São Francisco do Porto o arranjo dos contrafortes e das frestas da cabeceira, bem como do lacrimal, aproximam esta igreja das soluções do gótico mendicante galego, como tem sido notado.

O modo como estão organizados os contrafortes e as altas janelas da cabeceira tem uma nítida marca regional e galega, presente no lacrimal decorado com esferas que envolve a parte superior das aberturas<sup>10</sup>.

Chegadas à Galiza no século XIII, as Ordens mendicantes desenvolveram os seus principais conventos sobretudo ao longo do século XIV e princípios do século XV. Os templos destas ordens adquirem uma grande importância ao converterem-se rapidamente em lugar de enterramento privilegiado de nobres e outros notáveis dos núcleos urbanos. Como refere J. R. Soraluze: “Con tales protectores, a los que parece garantizarse así un reposo eterno sacralizado, los templos de las ordenes mendicantes adquieren en Galicia la importancia y categoría que en otras zonas y regiones corresponderían a la catedral gótica”<sup>11</sup>.

Arquitectonicamente a sua parte mais característica é a cabeceira, geralmente formada por três capelas poligonais – excepcionalmente, em São Domingos de Pontevedra, por cinco – cobertas com abóbada de cruzaria de ogivas. No exterior, o peso das abóbadas é suportado por contrafortes<sup>12</sup>.

Na Galiza há vários exemplares de igrejas conventuais que permitem o estabelecimento de paralelismos tipológicos com a arquitectura mendicante portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao Norte de Portugal. É de referir contudo, que há diferenças consideráveis entre as arquitecturas mendicantes galega e portuguesa. A maioria das primeiras apresenta uma nave única enquanto em Portugal as igrejas mendicantes adoptam sistematicamente três naves, exceptuando as igrejas das clarissas.

<sup>8</sup> ALMEIDA; BARROCA, 2002: 46-47.

<sup>9</sup> ALMEIDA; BARROCA, 2002: 46.

<sup>10</sup> ALMEIDA; BARROCA, 2002: 51-52.

<sup>11</sup> Citado em FRANCO TABOADA; TARRIO CARRODEGUAS, 2001: 10.

<sup>12</sup> FRANCO TABOADA; TARRIO CARRODEGUAS, 2001: 10.

No entanto alguns destes exemplares mostram igrejas de três naves como é o caso de Santa Clara de Santarém. A semelhança de algumas soluções entre os exemplares galegos e portugueses é um tema que necessita de um maior aprofundamento.

Na província da Coruña, São Francisco de Betanzos conserva completa a sua igreja da segunda metade do século XIV. Em São Domingos de Bonaval restam a cabeceira e parte das capelas e da nave. Em Lugo, o convento de São Francisco conserva a igreja completa – começada no século XIV e terminada tardiamente no século XVI – assim como o claustro gótico. São Francisco de Viveiro só conserva a igreja, construída entre os finais do século XIV e princípios do século XV. Em São Francisco de Orense restam a fachada e a cabeceira da igreja, na Praça de São Lázaro, e o claustro do século XIV junto ao qual permanecem os muros originais da antiga igreja, na sua implantação inicial. São Domingos de Ribadavia conserva a igreja, de finais do século XIII ou do início do século XIV, apesar de a cabeceira ser posterior. Da igreja de São Domingos de Pontevedra resta a cabeceira de cinco capelas do século XIV, única na Galiza, e a arcada da desaparecida sala capitular. O convento de São Francisco de Pontevedra mantém a igreja dos séculos XIV-XV, sendo contudo posterior, a fachada principal<sup>13</sup>.

É na organização do alçado da cabeceira de São Francisco de Pontevedra que encontramos mais semelhanças com a mesma parcela da igreja de São Francisco do Porto. Notemos que a cronologia das duas construções é equivalente.

A igreja de São Francisco do Porto é composta por três naves e transepto alto e saliente. No interior, a altura a que sobem os arcos formeiros e a dimensão dos tramos criam um espaço comunicante ao qual a modelação da luz, através dos vãos da cabeceira, das janelas altas da nave central, das janelas do topo do transepto e da rosácea da fachada principal, confere um sentido de unidade.

Esta unidade que, como foi acima referido, resulta da vontade de unir cenicamente os fiéis, foi sendo atomizada ao longo do tempo. O processo da implantação da Ordem e o sucesso da sua influência na sociedade medieval rapidamente transformariam o interior da igreja.

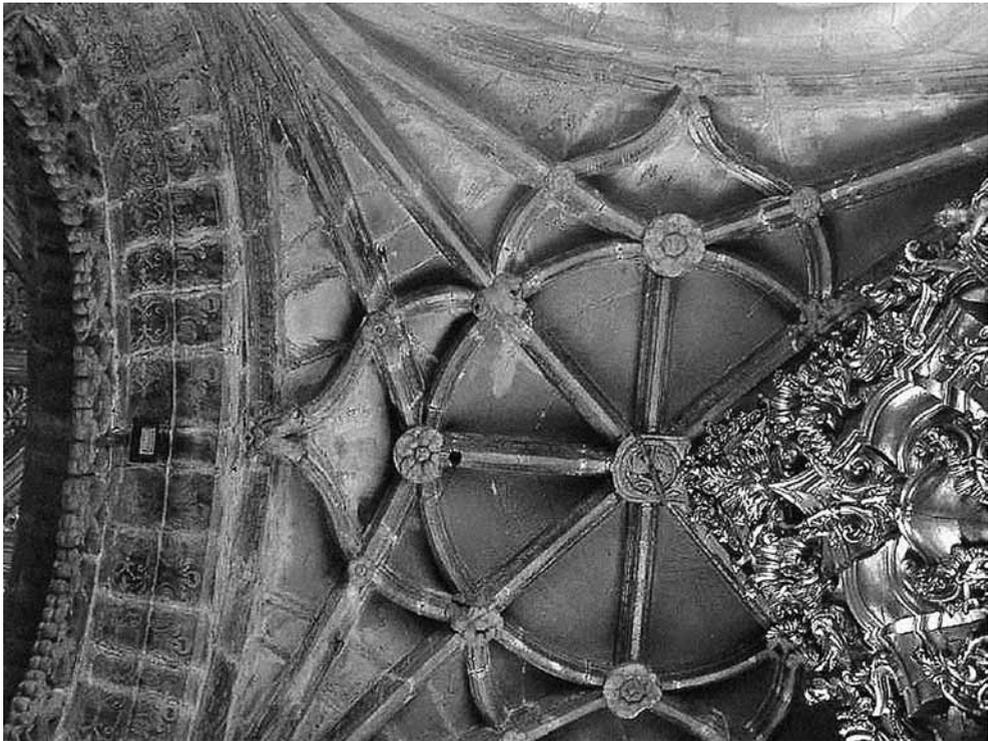
O nascimento e a formulação de espaços sacros privados, como as capelas de função funerária ou devocional, as capelas das confrarias ou a presença de uma sepultura ou de uma arca tumular junto a um altar, resultaram na criação de micro-espacos de embelezamento artístico, frequentemente autónomos mas também ligadas ao espaço principal do local de culto.

Destes espaços apenas chegou até nós o programa artístico da Capela dos Carneiros – situada no braço Sul do transepto – instituída em testamento, datado de 1525, pelo mestre-escola da Sé de Braga, João Carneiro. Atribuída a João de Castilho a capela foi enriquecida por um retábulo do qual resta a pintura *Baptismo de Cristo com Doador*, atribuída a André de Padilha, por Vítor Serrão<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> FRANCO TABOADA; TARRIO CARRODEGUAS, 2001: 11.

<sup>14</sup> SERRÃO, 1998: 115-120.





Datado de 1471 o testamento de Gonçalo de Sá, filho de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Porto e camareiro-mor de D. João I, testemunha a existência de uma sepultura própria situada em São Francisco *ante ho altar da Trindade* onde Gonçalo de Sá manda que o seu corpo seja sepultado e vestido com o hábito franciscano<sup>15</sup>.

Em 1479 está documentada a existência do altar de São Luís junto da sacristia do *dito mosteiro de São Francisco* onde estava sepultado, num *moimento*, Vasco Fernandes de Caminha<sup>16</sup>.

Estes dois exemplos são significativos das motivações que impulsionaram uma vasta actividade artística que atomizou e enriqueceu o interior da igreja de São Francisco, no final da Idade Média.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge, 2002 – *O Gótico. História da Arte em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.
- DIAS, Pedro, 1994 – *Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa, Editorial Estampa.
- FRANCO TABOADA, José Antonio; TARRIO CARRODEGUAS, Santiago B. (dir.), 2001 – *Monasterios e Conventos de Galicia*. Santiago de Compostela, Junta de Galicia.
- MARTÍN PRIETO, Pablo, 2007 – “Sobre la promoción regia de la Orden Franciscana en la Corona de Castilla durante el primer reinado Trastámara”, in *Hispania Sacra*, LIX 119, enero-junio.
- MATTOSO, José, s/d – “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Lisboa, I.N./C.M..
- MELO, Arnaldo Sousa; DIAS, Henrique; SILVA, Maria João Oliveira e, 2008 – *Palmeiros e Sapateiros. A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano no Porto (séculos XIV a XVI)*. Porto, Fio da Palavra.
- MORENO, Humberto Baquero, 1982 – “A protecção régia aos frades do Convento de S. Francisco do Porto no século XV”, in Separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, v. I. Porto, Arquivo Distrital do Porto.
- MORENO, Humberto Baquero, 1986 – “O testamento de Gonçalo de Sá” in *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, v. III, Porto, Arquivo Distrital do Porto.
- SERRÃO, Vítor, 1998 – *André de Padilha e a Pintura Quinhentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa, Editorial Estampa.

---

<sup>15</sup> MORENO, 1986: 101-107.

<sup>16</sup> MELO; DIAS; SILVA, 2008: 61-63.